

VASSALLO, Simone Pondé. “O antropólogo como agente e o processo de patrimonialização do Cais do Valongo no Rio de Janeiro”. Trabalho apresentado na 30ª Reunião Brasileira de Antropologia, GT – 014: Antropologia dos Patrimônios e Esfera Pública. João Pessoa, 1 a 4 de agosto de 2016.

O Brasil tem se caracterizado pelo envolvimento crescente de antropólogos na esfera pública e em dinâmicas de patrimonialização que podem ou não envolver o Estado. A própria definição de patrimônio, bem como as políticas voltadas para a sua preservação, vêm se flexibilizando desde os anos 1980, e novos atores sociais passam a integrar o seu campo de ação e os seus debates. Essas mudanças trazem novas modalidades de participação dos antropólogos que suscitam reflexões: eles não são mais apenas supostos observadores distanciados, mas sim, muitas vezes, agentes engajados em processos de patrimonialização. Nessa apresentação, eu gostaria de chamar a atenção para um aspecto específico que as novas formas de atuação dos antropólogos podem assumir: a possibilidade da mudança de enquadramento da história que o bem patrimonializado está simbolizando.

Parto da análise do Cais do Valongo, um sítio arqueológico localizado na Zona Portuária do Rio de Janeiro que foi desenterrado em 2011. Desde então, foi se tornando o maior símbolo do tráfico transatlântico de africanos do mundo e está em vias de ser reconhecido como patrimônio da humanidade pela UNESCO. Esse trabalho se propõe a pensar o processo de patrimonialização do Cais do Valongo e a atuação do antropólogo Milton Guran nesse contexto. Procuo mostrar que, através das suas ações, o antropólogo Milton Guran contribui para a difusão de um novo enquadramento da escravidão negra no Brasil.

A patrimonialização do Cais do Valongo

Desde os anos 1980, a Zona Portuária é reivindicada pelo movimento negro como um “território afrodescendente”. Nela se localiza a Pedra do Sal, um dos primeiros bens tombados fazendo referência à cultura afro-brasileira, em 1984. O local simboliza um dos berços de criação do samba e da cultura afro-carioca, um importante ponto de encontro de africanos, baianos e cariocas ligados à estiva, ao candomblé e à capoeira, entre fins do século XIX e as primeiras décadas do século XX, quando a região era

conhecida como a “Pequena África brasileira”. Na região portuária também se localiza o Quilombo da Pedra do Sal, oficialmente reconhecido pela Fundação Palmares em 2005, que reivindica a herança da Pequena África. A localidade também contém o Centro Cultural José Bonifácio, que faz referência à cultura afro-brasileira e cujos diretores eram indicados pelo movimento negro até seu recente fechamento para obras. A região portuária contém ainda o sítio arqueológico Cemitério dos Pretos Novos, descoberto em 1996, onde teriam sido enterrados milhares de cativos africanos que morreram logo após o desembarque. A descoberta do cemitério chamou a atenção para o fato de que aquela região, também conhecida como Valongo, teria concentrado, entre as últimas décadas do século XVIII e as primeiras do século XIX, um enorme complexo escravagista que englobava o desembarque dos cativos africanos, a sua quarentena, a sua comercialização e o seu enterramento (Vassallo, 2015). A partir dos anos 2000, essa mesma localidade torna-se alvo de ambiciosos projetos de revitalização urbana, desenvolvidos pela prefeitura com o intuito de modernizá-la: o Plano Porto do Rio (2001-2008) e o Projeto Porto Maravilha (2009-2016), ainda em curso. Trata-se, portanto, de um território que é alvo de intensas disputas.

Entre 2004 e 2005, no contexto do primeiro projeto de revitalização, houve uma primeira tentativa de desenterramento do Cais do Valongo, sob a iniciativa de pesquisadores e lideranças do movimento negro. O pedido não foi aceito pelo Iphan, mas os seus articuladores conseguiram sensibilizar o prefeito a, através de um decreto, criar um museu a céu aberto que valorizasse o patrimônio afrodescendente na região, bem como um portal fazendo referência ao desembarque de cativos africanos. As iniciativas não saíram do papel, o que revela as tensões e divergências de interesses envolvendo o processo de patrimonialização da herança africana na região.

O Cais do Valongo foi desenterrado em 2011, quando a Zona Portuária já era alvo de um novo e ambicioso projeto de revitalização, o Porto Maravilha, que engloba uma superfície de 5 milhões de metros quadrados e possuía um orçamento inicial de 7,6 bilhões de reais, com o intuito de modernizar e “adequar” a cidade aos grandes eventos que vem se propondo a abrigar. Logo que foi desenterrado, o cais rapidamente adquiriu o sentido de uma forte denúncia do preconceito racial na sociedade brasileira, através da atuação da arqueóloga e do historiador responsáveis pela escavação do sítio. Para ambos, que são também pesquisadores e professores universitários, o cais teria sido o principal local de desembarque de africanos escravizados na cidade e no país, tendo recebido cerca de 1 milhão de cativos recém chegados da África. Ele teria funcionado

durante o período em que o tráfico negreiro atingiria seu auge: as primeiras décadas do século XIX, devido à expansão das lavouras de café na região sudeste. Teria sido funcionado entre cerca de 1811 e 1831, quando a proibição do tráfico transatlântico negreiro levou ao encerramento das suas atividades relacionadas ao desembarque de africanos.

O local se caracteriza pela superposição de três camadas arqueológicas: a do próprio Cais do Valongo, construído em cerca de 1811; a do Cais da Imperatriz, construído em 1843, sobre o primeiro, com o intuito de embelezá-lo para receber a princesa Teresa Cristina das Duas Sicílias, que ali desembarcaria para consumir seu casamento com o Imperador D. Pedro II; e da Praça Jornal do Comércio, na primeira década do século XX, quando o então prefeito Pereira Passou realizou obras de modernização do porto que levaram ao aterramento de boa parte do litoral do Centro e da região portuária.

Mas é principalmente a superposição dos cais do Valongo e da Imperatriz que interessa os pesquisadores responsáveis pela escavação. De acordo com a arqueóloga, que também era responsável pelo monitoramento arqueológico das obras de revitalização, “Os escravos foram esquecidos e, mais do que isso, eles foram deliberadamente apagados ao ser colocado sobre o Cais do Valongo o Cais da Imperatriz, num processo de superposição fortemente simbólico. Sobre a escória humana trazida da África foi colocada uma princesa europeia, uma Bourbon, a Princesa das Duas Sicílias. Ela pisando sobre os negros”¹. Assim, no seu entendimento, o cais trazia à tona o histórico processo de dominação racial do Brasil. Seu interesse não recaia sobre o Cais da Imperatriz, já que, nas suas palavras, a realeza já tinha sido suficientemente lembrada na memória oficial. Ao contrário, sua opção foi pelo Cais do Valongo que, segundo ela, traria o “discurso silencioso” dos africanos escravizados e recém-chegados no país.

Entendendo que se tratava de um sítio arqueológico que deveria ser valorizado e aberto à visitação pública, os pesquisadores alertaram as autoridades responsáveis: o prefeito, a Secretaria Municipal de Patrimônio, a companhia incumbida do projeto de revitalização (CDURP) e o Iphan, dentre outros. Também informaram a mídia e setores do movimento negro, já que entendiam que o cais era primeiramente um patrimônio que pertencia aos afrodescendentes.

¹ Cf. http://www.youtube.com/watch?v=RQP_8pn0U3E.

Através das ações desses pesquisadores, lideranças do movimento negro passaram a conhecer o sítio arqueológico e a participar do seu processo de patrimonialização. Para eles, o cais não representava apenas a persistente dominação racial que perpassa a sociedade brasileira, mas era também um lugar de ancestralidade. Por ali teriam desembarcado os seus ancestrais africanos e, com eles, as culturas e religiões que deram origem às práticas afro-brasileiras tanto sagradas quanto profanas. De acordo com uma prestigiosa mãe de santo em sua visita ao local, ali era a “raiz de tudo”.

Através da atuação conjunta desses três grupos de atores – representantes do poder público, lideranças do movimento negro e pesquisadores universitários – , foi criado pela prefeitura o Circuito Histórico e Arqueológico de Celebração da Herança Africana na região portuária, que incluía o Cais do Valongo, o Cemitério dos Pretos Novos, a Pedra do Sal e alguns outros bens, num processo permeado por inúmeros conflitos (Vassallo e Cicalo, 2015).

A agência do antropólogo

Milton Guran é antropólogo, fotógrafo e professor da UFF (Universidade Federal Fluminense) vinculado ao LABHOI (Laboratório de História Oral e Imagem), que se dedica às memórias da escravidão mantidas hoje por descendentes de escravos. Em diversas situações, Guran se define como tendo um pai negro e uma bisavó que foi escrava, apesar dele próprio se considerar branco por não ter a cor da pele e nem o fenótipo comumente atribuídos aos negros. A partir dos anos 1980, dedica-se à antropologia visual e começa a trabalhar com a questão indígena. No entanto, em seu doutorado concluído em 1996 em Antropologia Social na EHESS de Paris, Guran se interessou pela análise dos africanos do Brasil que retornaram ao continente negro, que resultou no livro *Agudás: Os "brasileiros" do Benin* (Guran, 2000).

No início de 2011, Guran se tornou o representante brasileiro do Comitê Científico Internacional do Projeto Rota do Escravo da Unesco (RDE). Criado em 1996, o RDE procura patrimonializar os locais mais emblemáticos do tráfico transatlântico negreiro, tanto na África quanto nos outros continentes. Com isso, a Unesco pretende desenvolver o turismo de memória e contribuir para a reflexão sobre os efeitos da escravidão negra no passado e no presente. Nos termos do atual coordenador geral do

RDE, o patrimônio tem hoje um papel fundamental na reflexão sobre o dever de memória, que poderia conduzir a práticas libertadoras (Moussa, 2014).

Imbuído dessa nova responsabilidade, Guran e sua equipe começaram a elaborar o *Inventário dos lugares de memória do tráfico atlântico de escravos e da história dos africanos escravizados no Brasil* (Mattos, Abreu e Guran, 2014), que nunca havia sido feito no Brasil apesar do RDE já ter representantes no país há cerca de 10 anos. A intenção do inventário era dar visibilidade aos locais relacionados à presença histórica dos africanos, tais como os locais de desembarque, comercialização e cultos religiosos, dentre outros.

Poucos meses depois do início do inventário, Guran foi posto a par do Cais do Valongo, do Cemitério dos Pretos Novos e de todo o complexo escravagista da região portuária do Rio de Janeiro, e ficou impressionadíssimo com o que viu. Para Guran, ali estava “o farol, a jóia da coroa” do inventário, o local mais emblemático e significativo do desembarque de africanos no país. O antropólogo promove então uma mudança de escala: a importância do Cais do Valongo não mais se limita à sua dimensão local ou nacional. Não mais apenas simboliza a ancestralidade negra carioca e brasileira, e nem o persistente preconceito racial no Brasil. Nas suas palavras, o sítio arqueológico se torna o local mais representativo do tráfico transatlântico negreiro *em todo o mundo* e, com isso, abrange uma escala mundial. O Brasil teria sido o país que mais recebeu africanos, e o Rio de Janeiro seria a cidade brasileira com o maior número de africanos desembarcados, no Brasil e no mundo. O cais passa então a simbolizar os cerca de 4 milhões de africanos que teriam chegado ao Rio, ainda que nem todo o desembarque tenha sido realizado exatamente naquele local. Segundo Guran, o cais é “o mais eloqüente símbolo do tráfico transatlântico negreiro”, “o maior monumento da diáspora africana fora da África”.

Guran se empenha então num outro projeto, o de dar visibilidade a esse local, trazer à tona essa memória ocultada. Segundo ele, “a presença africana foi apagada da nossa memória. Construíram um bairro inteiro, a Gamboa, em cima do local que conta essa história [...]”. Assim, faz-se necessário “revelar” esse passado, “retirar os véus” que o encobrem, bem como denunciar o “branqueamento dessa memória” (Entrevista, junho de 2014). E esse é o papel que ele atribui a si próprio, à sua equipe de colaboradores e aos demais interessados no projeto de dar visibilidade ao patrimônio relacionado ao tráfico atlântico de africanos para o Novo Mundo. Com isso, Guran vai ao encontro da proposta do RDE de utilizar o patrimônio como um meio de sensibilizar

a população em relação aos nefastos efeitos do comércio de africanos. Esse entendimento também fica evidente no projeto de pesquisa que ele coordena desde 2013, com pesquisadores da UFF e da UNIRIO, intitulado “História Pública, Memória e Escravidão Atlântica no Rio de Janeiro”. O projeto “identifica no poder aglutinador da cultura um instrumento de resistência, de transformação social e de organização da sociedade civil. Essencialmente, a cultura tem possibilitado a afirmação da diversidade da sociedade nacional, rompendo com imagens homogeneizadoras da nação e fortalecendo as bases da democracia no Brasil” (<http://lattes.cnpq.br/3370174549693577>). Assim, o antropólogo compartilha o papel transformador atribuído à cultura que é veiculado no projeto RDE e entende o patrimônio como um meio de trazer à tona as relações de dominação e de empoderar os grupos politicamente minoritários.

A intenção de Guran de dar visibilidade ao sítio arqueológico também ocorre numa escala internacional: para ele, o local deveria ser reconhecido como patrimônio da humanidade pela Unesco. Isso implica em situar o cais na escala do mundo inteiro, característica dos aspirantes ao status de patrimônio da humanidade pela Unesco (Fabre, 2009). Por isso é que o cais se torna “o maior símbolo do comércio de africanos fora da África”. Para tanto, se empenha em sensibilizar os demais atores e instituições necessários. Diversos ativistas negros e pesquisadores universitários mais diretamente interessados nos rumos do Cais do Valongo concordavam com o fato de que o reconhecimento da Unesco era um passo fundamental, mas havia instituições em que a resistência a esse projeto precisava ser vencida. O IPHAN, por exemplo, tem ações em todo o país e nem sempre tem o patrimônio afro-brasileiro entre as suas prioridades. Convencer essa instituição da importância do Cais do Valongo levou tempo e foi facilitada em fins de 2012, com a chegada de Jurema Machado à presidência, que tinha uma particular sensibilidade e abertura para o patrimônio de grupos minoritários, segundo o próprio Guran. No Brasil, todos os pedidos de reconhecimento da Unesco devem ser encaminhados pelo IPHAN, já que esse é o órgão que representa oficialmente o país nas ações de preservação patrimonial, daí a importância fundamental da sua participação no reconhecimento do cais.

Guran também conseguiu sensibilizar um outro ator fundamental, o embaixador Laudemar Aguiar, Coordenador de Relações Internacionais na atual prefeitura do Rio, que fez a mediação com o prefeito. Graças à atuação de Laudemar, o prefeito concordou em patrocinar a reunião estatutária do Conselho Científico Internacional do projeto

RDE, no Rio de Janeiro, em Novembro de 2013, que oficializou a candidatura do cais junto à Unesco. Para essa reunião, Guran se empenhou em trazer pessoas de vários países que eram formadoras de opinião. O próprio Ali Moussa, coordenador do RDE na Unesco, estava presente na reunião e foi informado por Guran acerca da importância do cais. Em seguida, o antropólogo levou-o até o sítio arqueológico e transmitiu-lhe um pouco mais do seu próprio entendimento sobre o significado do local.

A estratégia de Guran pode ser resumida na fórmula “mandei o Valongo nele”, que ele mesmo criou, jocosamente, com o intuito de levar a cabo o seu projeto de fazer o cais ser reconhecido pela Unesco. Assim, cada vez que encontrava casualmente com alguma autoridade que poderia contribuir para o processo de patrimonialização, o antropólogo alertava-a sobre a importância desse sítio arqueológico, o que incluiu até a então presidenta Dilma Rouseff.

Uma vez que as principais instâncias envolvidas entraram num acordo sobre a importância do reconhecimento da Unesco, iniciou-se o processo de elaboração do dossiê de candidatura do bem a ser tombado pelo órgão internacional. Mais uma vez, o papel de Guran foi fundamental, na medida em que ele se tornou consultor do Iphan para a elaboração desse dossiê, desempenhando o papel de coordenador da equipe e do projeto. Através dessa nova função, o antropólogo pode dar ainda mais força e consistência aos seus próprios entendimentos sobre o sítio arqueológico a ser tombado, consagrando a representação do cais como o maior símbolo do tráfico transatlântico negreiro fora da África, como uma história que diz respeito a toda a humanidade e que precisa vir à tona, ser desvelada. O dossiê de candidatura já foi aceito pela Unesco e o resultado deverá sair em 2017.

As denúncias morais que envolvem o cais desde que foi desenterrado, em 2011, através das quais ele se torna um símbolo da dominação racial, devem ser entendidas a partir de um novo enquadramento (Butler, 2015) do tráfico transatlântico de africanos. Em 2001, na III Conferência Mundial contra o Racismo, Discriminação Racial, Xenofobia e Intolerância Correlata, organizada pela ONU, em Durban, o tráfico transatlântico negreiro e a escravização de africanos e afrodescendentes foram considerados crimes contra a humanidade. Ao mesmo tempo a conferência estabeleceu um vínculo direto entre a escravidão e o tráfico de escravos de um lado e o racismo e a discriminação racial de outro, não só na origem do processo de escravização, mas também como uma das suas consequências. A possibilidade de reparação por esse crime surge então como uma tentativa de reduzir a desigualdade racial e restaurar os direitos

humanos e as liberdades fundamentais dos que foram atingidos pelo processo de discriminação. Edna Roland, relatora da conferência e integrante do movimento negro, faz uma síntese das principais idéias defendidas nesse evento: “A Escravidão e o Tráfico de Escravos foram considerados **horríveis tragédias** na história da humanidade, não apenas por causa do seu terrível barbarismo mas também em termos da sua magnitude, natureza organizada e especialmente sua negação da essência das vítimas” (...) “A Conferência reconheceu e lamentou profundamente os massivos **sofrimentos humanos** e o **trágico destino** de milhões de homens, mulheres e crianças causados pela escravidão, tráfico de escravos, tráfico transatlântico de escravos, apartheid, colonialismo e genocídio e apela aos Estados envolvidos a honrar a memória das **vítimas** das tragédias passadas”. Mais à frente, a autora lembra de mais uma passagem importante da conferência: “lembrar os **crimes** e erros do passado, onde quer que e quando tenham ocorrido, condenar inequivocamente as tragédias racistas e contar a **verdade sobre a história** são elementos essenciais para a reconciliação internacional e a criação de sociedades baseadas na justiça, igualdade e solidariedade” (grifos meus)².

Ao longo dos anos 2000, alguns pontos de embarque de escravos na costa africana que foram patrimonializados pelo RDE tornam-se locais de pedidos públicos de perdão dos mais altos representantes de diversas nações pelo envolvimento pregresso de seus países com a escravidão. Foi o caso do então primeiro ministro britânico Tony Blair, do então presidente da república dos EUA Bill Clinton, do então presidente Luís Inácio Lula da Silva e do Papa João Paulo II (Araujo, 2007).

Percebemos que há aqui um novo enquadramento para a escravização de africanos e seus descendentes, permeado por fortes denúncias e condenações morais do ato de escravizar, que desloca o foco para o sofrimento dos que passam a ser considerados vítimas. Além disso, percebemos a idéia de que é preciso trazer “a verdade” sobre essa história que estaria ocultada por relatos que encobertam as relações de dominação. O Projeto Rota do Escravo também contribui para essas transformações semânticas, na medida em que os locais de embarque de africanos cativos se tornam um dos mais poderosos símbolos desse crime contra a humanidade. Guran retoma essas idéias, reelaborando-as e adaptando-as ao Cais do Valongo, que se torna o primeiro local de desembarque de africanos do qual se tem vestígios físicos no mundo, e que adquire a força simbólica que o novo enquadramento da escravização oferece: o de um local que

² Disponível em <https://observatoriodamulher.wordpress.com/2006/08/10/reparar-a-memoria-das-vitimas-da-escravidao-edna-roland/>, consultado em 18/10/15.

abrigou um terrível crime contra a humanidade, que traz uma história trágica que precisa ser revelada, que levou ao sofrimento e à vitimização de milhões de pessoas, e que está na origem da persistência da desigualdade racial. Ao traduzir o sítio arqueológico para essa chave de entendimento, Guran o reinsere na escala transnacional de uma história que passa a dizer respeito a toda a humanidade. Com isso, o antropólogo contribui amplamente para a difusão do novo enquadramento da escravização de africanos e de seus descendentes, que no Brasil estava até então mais restrita aos círculos dos ativistas negros.

Considerações finais

Nesse trabalho, procurei mostrar a centralidade da atuação do antropólogo Milton Guran no processo de patrimonialização do Cais do Valongo. Por um lado, Guran foi um importante mediador que informou e sensibilizou diversos atores necessários ao reconhecimento do sítio arqueológico pela Unesco. Por outro, ele promoveu uma mudança de escala em sua narrativa sobre o bem a ser tombado, atribuindo-lhe uma importância internacional.

Acredito que o antropólogo seja um dos principais – senão o principal – incentivadores e articuladores do reconhecimento do cais como patrimônio da humanidade pela Unesco. Ele elabora e consagra uma das principais versões do sítio arqueológico, na qual o cais atinge uma escala de abrangência internacional e se torna o maior símbolo do tráfico transatlântico negreiro fora da África. A leitura de Guran traz uma condenação moral do sofrimento e da dor causados aos africanos e aos seus descendentes pela escravização, bem como a idéia da história oprimida que está finalmente sendo desvelada. Ao fazê-lo, retoma ao seu próprio modo os significados do RDE e da Conferência de Durban, de 2001, traduzindo-os para o Cais do Valongo. E graças ao seu importante papel de mediador, é justamente essa versão do cais que mais facilmente se consagra. É ela que chega a diferentes autoridades e que permeia o dossiê de candidatura enviado à Unesco. Ao fazê-lo, Guran se torna um importante agente não só da patrimonialização desse sítio arqueológico, mas também da mudança de enquadramento relacionada à escravidão negra no país, em que esse processo histórico passa a ser permeado por uma forte condenação moral e se torna um crime contra a

humanidade. Assim, o Cais do Valongo pode se tornar um local fundamental de reflexão e denúncia da escravização de africanos e de seus efeitos no presente.

Bibliografia

ARAÚJO, Ana Lúcia. *Mémoires de l'esclavage et de la traite des esclaves dans l'Atlantique Sud: enjeux de la patrimonialisation au Brésil et au Bénin*. Tese de Doutorado em História, Université de Laval, 2007.

BUTLER, Judith. *Quadros de guerra: quando a vida é passível de luto?* Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2015.

FABRE, D. Introduction: habiter les monuments. In: FABRE, D.; IUSO, A. *Les monuments sont habités*. Paris: Editions de la Maison des Sciences de l'Homme, 2009. p. 17-54.

GURAN, Milton (2000). *Agudás: Os "brasileiros" do Benin*. Rio de Janeiro, Nova Fronteira/EGF - Editora Gama Filho, p. 296.

MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*. Niterói, PPGH - UFF, 2014.

MOUSSA, Ali. "Lugares de memória: escrever a história do tráfico negreiro e da escravidão na geografia". In: MATTOS, Hebe; ABREU, Martha; GURAN, Milton. *Inventário dos Lugares de Memória do Tráfico Atlântico de Escravos e da História dos Africanos Escravizados no Brasil*. Niterói, PPGH - UFF, 2014.

VASSALLO, Simone Pondé. Interventions urbaines et processus de patrimonialisation : la construction d'un territoire noir dans la zone portuaire de Rio de Janeiro (1980-2000). In: CAPONE, Stefania; MORAES, Mariana R. de. *Afro-patrimoines: culture afro-brésilienne et dynamiques patrimoniales*. Paris, Lahic/CNRS, 2015.

VASSALLO, Simone Pondé; CICALO, André. "Por onde os africanos chegaram: o Cais do Valongo e a institucionalização da memória do tráfico negreiro na região portuária do Rio de Janeiro". *Horizontes Antropológicos, Dossiê Diásporas*, n. 43, 2015.